

SILVA NETO, B. A QUESTÃO AGROECOLÓGICA: uma perspectiva ecossocialista. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CAPÍTULO 5. A PERSPECTIVA ECOSSOCIALISTA: ELEMENTOS ESTRATÉGICOS PARA AÇÕES IMEDIATAS

Introdução

A apropriação privada de uma produção crescentemente social constitui-se na característica fundamental do capitalismo. Tal característica provoca contradições entre a dinâmica do sistema econômico, baseada no valor produzido predominantemente por meio do lucro (forma por excelência da apropriação privada do produto social), e as necessidades da sociedade, baseada na riqueza. As causas das recorrentes crises do capitalismo, embora multiformes em função das configurações históricas sob as quais acontecem, decorrem, fundamentalmente, de tais contradições.

A crise atual do capitalismo, particularmente profunda, pois sistêmica e estrutural, não poderia deixar de ser uma manifestação destas contradições. No entanto, há algo de novo na crise do capitalismo contemporâneo. Pela primeira vez as contradições entre valor e riqueza ameaçam os recursos básicos que em última instância asseguram a sobrevivência da Humanidade. Neste sentido, à já costumeira crise decorrente das relações conflituosas entre capital e trabalho, justapõe-se uma crise ecológica sem precedentes.

As formas de enfrentamento de tal crise, no entanto, têm contribuído para aprofundar as próprias contradições que a origina. Se antes tais contradições, em alguns países, eram amenizadas pelo fato dos trabalhadores, produtores da riqueza social, disporem do socialismo como uma alternativa estratégica para se contrapor à hegemonia ideológica dos capitalistas, atualmente a influência de tal alternativa sobre a ordem social dominante é mínima. Várias são as razões para isto, mas entre elas certamente desempenha um papel central o resultado das experiências socialistas do século XX que, dadas as suas próprias contradições, aliadas à concorrência com um capitalismo ainda em pleno desenvolvimento, deram lugar a uma triunfante restauração capitalista.

Assim, as formas de combate à crise por parte dos trabalhadores tem se resumido à ações dispersas de resistência contra as piores consequências dos governos, de direita e de “esquerda”, dominados pela reificação das relações sociais, as quais são veiculadas como mecanismos econômicos incontornáveis que os fazem ceder sistematicamente às chantagens exercidas pelos capitalistas em suas exigências de lucro. E é nesse processo, assim, que vêm se revelando a incompatibilidade fundamental existente entre capitalismo e democracia. Em vão tem sido todas as tentativas de, ao menos, equacionar tal crise no quadro do capitalismo. A exigência de lucro,

condição primeira para o funcionamento de tal sistema, tem se constituído em um obstáculo formidável para que se possa pelo menos vislumbrar um caminho para a sua superação. Qualquer caminho, e menos ainda um caminho que possa contemplar minimamente o interesse dos trabalhadores.

Nada mais lógico, neste contexto, do que construir uma saída da crise por meio de medidas que atinjam a própria origem das contradições fundamentais do capitalismo, e pensar (seriamente) em uma “hipótese socialista”.¹ Mas, além disto, é necessário que sejam explicitadas as preocupações de cunho ecológico e antiprodutivista desta “hipótese”, preocupações que o termo “ecossocialista” parece expressar melhor. E, sendo um produto histórico a ser construído, talvez seja mais apropriado pensar tal hipótese não como um objetivo já definido em todos os seus contornos, mas como uma referência estratégica para a ação, adaptável às futuras circunstâncias históricas concretas. Assim, além do seu caráter hipotético, é interessante pensar a proposta a ser delineada como uma “perspectiva estratégica”, uma perspectiva ecossocialista, portanto.

Essencialmente, tal estratégia consiste em propor a mudança da atual dinâmica da sociedade baseada no lucro para uma dinâmica baseada nas necessidades sociais, considerando a sustentabilidade ecológica. De supostos automatismos econômicos a serem respeitados para a geração de lucros passaríamos, assim, a uma dinâmica econômica definida a partir de decisões democráticas sobre as riquezas. No entanto, o simples enunciado dessa estratégia já levantaria vários questionamentos. Um deles, que certamente seria feito por aqueles que se apropriam dos lucros, é a de que o lucro é um indicativo imprescindível de uma produção economicamente eficiente de riquezas para a sociedade. Várias evidências foram reunidas neste livro que mostram, de forma bastante clara, que tal afirmativa é falsa. Os resultados obtidos indicam que o valor agregado, que expressa o valor excedente em sua totalidade (sendo o lucro apenas a parte do valor agregado apropriada pelos capitalistas), constitui-se em um indicador de eficiência econômica muito mais preciso. Assim, o estabelecimento de relações sociais que resultem na adoção do valor agregado como critério de decisão pode proporcionar uma eficiência muito maior à economia.

Como já evocado no primeiro capítulo, a discussão realizada neste livro sobre como promover um desenvolvimento sustentável da agricultura foi orientada por uma perspectiva ecossocialista. Evidentemente, isto não pode ser realizado sem a sua inserção em uma estratégia mais ampla que possibilite envolver outros setores da economia e, principalmente, se constituir em um projeto social para o enfrentamento da hegemonia político-ideológica das classes dominantes. Alguns elementos dessa estratégia, focados na definição de ações imediatas, serão discutidos neste capítulo.

¹ Conforme discute também Husson, M.; *Misère du capital: Une critique du néolibéralisme*. Paris: Syros, 1996, p. 100-109.

Promover a formação de uma esfera monetária não mercantil

Um dos traços mais característicos da atual ofensiva capitalista, comumente denominada “neoliberalismo”, é o dismantelamento do Estado como promotor de serviços públicos essenciais à reprodução das classes populares. A principal alegação dos capitalistas é que tais serviços possuem um custo incompatível com a atividade econômica do país, não podendo, assim, ser suportados pelo setor privado. Esta afirmação é totalmente falaciosa.² Ocorre que o setor privado não é o único responsável pela produção de valor na sociedade. As atividades promovidas pelo Estado não apenas geram riquezas (valores de uso), mas também valores (de troca). A diferença entre a produção de valor promovida pelo setor público em relação ao privado está apenas na origem da remuneração recebida pelos produtores, ou seja, em termos marxistas, em como a produção é “realizada”. No setor privado a realização da produção é efetuada por meio da sua venda no mercado. No setor público a produção é realizada por meio de impostos. Assim, não há diferença entre o pagamento feito diretamente por um consumidor para a compra de uma mercadoria e o pagamento que os contribuintes fazem por um produto fornecido pelo Estado. No entanto, no setor privado a produção é desencadeada a partir de uma expectativa de demanda (em geral com base no preço corrente), a qual só é confirmada, ou não, no momento em que a produção é vendida de acordo com a demanda solvável. Já no setor público, o Estado efetua uma antecipação da demanda e, em função da mesma, arrecada os impostos necessários para a realização da produção. Neste caso, a demanda “solvável” é definida antes da produção, o que assegura a sua realização conforme a demanda antecipada. Assim, embora os mecanismos de realização da produção sejam diferentes, nos dois casos há produção de valor, com base no trabalho socialmente necessário. Neste ponto é importante destacar a distinção entre os significados econômicos dos termos financiamento e pagamento. Partindo da noção, proposta originalmente por economistas como John Maynard Keynes e Michal Kalecki³ entre outros, de que a poupança é gerada pelo investimento e não o inverso, e que toda produção adicional de valor necessita de um montante equivalente de moeda para assegurar a sua circulação na economia, infere-se que um valor a ser agregado deve ser financiado por uma quantidade de moeda emitida em última instância pelo Estado, anteriormente a sua produção para que esta possa ser desencadeada e o seu pagamento, no momento da entrada de tal produção no circuito econômico, possa ser realizado. Nas economias capitalistas tais condições são necessárias para viabilizar tanto a produção do setor privado quanto a do setor público. Por exemplo, da mesma forma que não se pode afirmar que ao efetuarmos o pagamento por uma mercadoria fornecida por uma empresa capitalista estamos “financiando” tal produção, também é incorreto afirmar que o

² A redação desta seção é baseada em Harribey, J.-M.; *La richesse, la valeur et l'inestimable. Fondements d'une critique sócio-écologique de l'économie capitaliste*. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2013, p. 365-390.

³ Keynes, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1992, 328 p.; e Kalecki, M. *Teoria da dinâmica capitalista*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1977, 94 p.

pagamento de impostos “financia” os serviços públicos, pois nos dois casos, o pagamento ocorre depois da produção. No entanto, enquanto uma mercadoria só pode ser paga por consumidores que dispõe de renda suficiente para a sua aquisição, no caso do setor público, o pagamento e, portanto, o acesso aos produtos e serviços gerados pelo Estado são socializados, podendo ser efetuados por critérios decididos democraticamente pela sociedade.

A existência nas sociedades contemporâneas de uma esfera monetária, porém não mercantil, produtiva de valor, protagonizada pelo Estado é incontestável, sendo, inclusive, já contabilizada na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Em alguns países, como a Dinamarca, a Suécia e a Noruega, justamente os que atingiram maiores níveis de bem estar social, exibem uma alta proporção das atividades estatais na composição do PIB. Caso estas atividades fossem suportadas pelo Estado seria impossível para estes países atingirem tal nível de bem estar. Isto corrobora o fato de que a esfera estatal não mercantil, embora subtraia aos capitalistas possibilidades de valorização dos seus capitais, não representa qualquer ônus financeiro ao setor privado e a sociedade, podendo ao contrário, como parece indicar os países citados, ser até mesmo uma forma eficiente de promover o crescimento econômico. O funcionamento da esfera monetária não mercantil pode ocorrer por meio da fixação de preços por meio do Estado, de acordo com as necessidades de produtos, assim como as relativas ao uso dos recursos naturais. Neste sentido, os preços fixados possuem um inegável conteúdo político. No entanto tais preços além de assegurar certa produtividade de trabalho, devem ser compatíveis com a demanda de produtos e com os recursos naturais disponibilizados. O modelo de formação de preços discutido no segundo capítulo pode contribuir para assegurar estas condições, o que nos leva ao segundo elemento estratégico a ser discutido.

Promover uma planificação baseada nas necessidades sociais e na sustentabilidade

O modelo apresentado no segundo capítulo deste livro pode ser considerado como uma base a partir da qual modelos de apoio à planificação da economia mais completos e sofisticados podem ser desenvolvidos. Como discutido, o modelo apresentado permite considerar a riqueza social, na forma de produtos demandados ou recursos naturais, como variáveis exógenas sobre as quais decisões devem tomadas explicitamente. A partir destas decisões é que seriam desencadeados os processos econômicos propriamente ditos, por meio da determinação dos preços que orientariam de forma coerente as escolhas dos agentes econômicos individualmente. Em outras palavras, o modelo permite determinar preços que condicionam as decisões tomadas no âmbito das unidades de produção às decisões tomadas pela coletividade, ao mesmo tempo em que estimulam os agentes econômicos à inovação técnica.

No entanto, é preciso evitar concepções tecnocráticas de planificação. Evidentemente, por meio de informações científicas adequadas deve-se assegurar que as decisões sobre as necessidades sociais e o uso dos recursos naturais sejam compatíveis com os recursos naturais passíveis de serem explorados de forma sustentável, assim como com o ritmo de acumulação dos meios de produção. Porém, apenas uma formulação matemática e informações científicas adequadas não são suficientes para assegurar uma planificação ecossocialista. Sempre existirá um grande número de alternativas viáveis tecnicamente, sendo que cada uma sempre favorecerá mais um grupo social do que outro. As decisões a serem tomadas, portanto, não são meramente técnicas, possuindo um caráter político incontornável. O risco é grande de tais decisões serem tomadas de forma a favorecer sistematicamente determinados grupos sociais, especialmente os que possuem um acesso privilegiado às informações e, principalmente, ao conhecimento para interpretá-las. Assim, a existência de instituições que permitam o estabelecimento de uma verdadeira democracia, que vá muito além de uma mera “participação” da população nas decisões, é de importância crucial para a implantação de uma planificação ecossocialista. Além disto, é importante ter sempre presente que a instituição de uma verdadeira democracia será tanto mais fácil quanto menos desigual for a sociedade. Para tanto, o ecossocialismo deverá ser solidamente alicerçado sobre a igualdade entre os indivíduos no que diz respeito ao acesso às riquezas sociais (o que inclui o conhecimento), a começar pelos seus serviços básicos, como a saúde, a educação, a habitação e o transporte. Aliás, alguns destes serviços, como a educação e a saúde (pelo menos), dados os seus efeitos sistêmicos sobre toda a sociedade⁴, devem ser totalmente socializados, sendo pagos exclusivamente por meio de mecanismos de repartição.⁵

Há, ainda, outro aspecto a ser considerado na planificação que levanta problemas que não podem ser resolvidos por uma simples parametrização adequada do modelo. Tais problemas decorrem do fato de que o desenvolvimento da sociabilidade implica no surgimento de novas necessidades, as quais não podem ser previstas. No capitalismo o surgimento de tais necessidades é uma questão vital para a sua sobrevivência, pois é a responsável pelo crescimento da geração de valor. Assim, enquanto o aumento da produtividade estimulado pela concorrência provoca a diminuição do valor das mercadorias, é o surgimento de novos produtos que assegura o crescimento do valor total. Uma das principais causas da crise atual do capitalismo é a sua dificuldade em suscitar o surgimento de novas necessidades para retomar o crescimento econômico de forma estável. A obsolescência programada, a produção de objetos de duvidosa utilidade cujo consumo é

⁴ Denominados na economia neoclássica “externalidades positivas”.

⁵ Nesses mecanismos os indivíduos compartilham os custos dos serviços independentemente do nível em que eles os utilizam. Como os indivíduos se cotizam para cobrir os custos, os quais não são pagos no momento da sua utilização, alguns autores denominam este sistema de “gratuidade socialmente construída”, conforme Harribey, J.-M. *La richesse, la valeur et l'inestimable. Fondements d'une critique socio-écologique de l'économie capitaliste*. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2013, p. 429.

massivamente estimulado pela propaganda e a produção de armamentos, entre outros subterfúgios para estimular a demanda solvável (que a concentração da renda só faz diminuir) parecem agravar ainda mais esta situação, na medida em que promovem uma sistemática e crescente destruição de riquezas, dentre estas alguns recursos cada vez mais raros. No entanto, o surgimento de novas necessidades, embora de forma imprevisível, é indissociável do avanço da sociabilidade que ocorrerá no ecossocialismo. Os efeitos do acesso a melhores condições materiais e intelectuais de vida sobre o desenvolvimento da personalidade e, portanto, das necessidades dos indivíduos não pode ser previsto em nenhum plano econômico. Esta situação é similar à das inovações técnicas que, conforme discutido no segundo capítulo, modificam os parâmetros dos modelos de forma imprevisível. Neste caso, porém, pelo menos o sentido das inovações pode ser orientado, o que não ocorre com as modificações no perfil da demanda provocada pelo surgimento de novas necessidades. Estas considerações reforçam a necessidade de desenvolver formas democráticas e flexíveis de planificação, evitando concepções rígidas e tecnocráticas.

Enfrentar o debate ideológico com a burguesia

Na discussão realizada no primeiro capítulo sobre a decadência ideológica da burguesia foi mencionado o surgimento da concepção de uma “terceira via”, a partir da qual amplos setores da esquerda abandonam progressivamente a perspectiva de uma superação do capitalismo. Instalou-se, assim, uma fase que Lukács caracteriza pela hegemonia de um pensamento irracionalista, no qual, no qual os efeitos de capitalismo são denunciados, mas não suas contradições fundamentais. O abandono promovido por Stálin da perspectiva internacionalista que sempre caracterizou o movimento socialista inspirado em Marx aprofunda as contradições do pensamento de esquerda. Ao mesmo tempo, tendências cientificistas tendem a reduzir o marxismo a uma mera “ciência econômica”. De fato, a suposta oposição entre um jovem Marx, considerado ainda um filósofo com fortes tendências metafísicas, e um Marx maduro, tido como um cientista voltado a análises puramente objetivas, que resulta no abandono da reflexão de caráter ontológico e, portanto, de temas centrais para o projeto marxista de emancipação humana como o da reificação, da fetichização e da alienação, atesta a forte influência do neopositivismo sofrida pelo marxismo ao longo do século XX. O abandono da reflexão ontológica sobre o ser social torna o marxismo que resulta deste movimento totalmente incapaz de, a partir das suas próprias categorias, analisar as questões relativas à individualidade que adquiriam crescente relevância com o advento das sociedades de consumo em massa. Tal incapacidade leva a várias tentativas de “completar” o marxismo recorrendo a abordagens com fundamentos filosóficos que lhe são completamente estranhos, como a psicanálise ou o existencialismo. O resultado foi o enfraquecimento do próprio

marxismo, o que contribuiu para a emergência do pós-modernismo, cujos adeptos assumem uma ontologia aberta e explicitamente irracional.⁶

Neste cenário de verdadeira “destruição da razão”⁷, observa-se um verdadeiro “desarmamento” da esquerda, o qual se constitui em uma das causas principais das suas dificuldades diante da atual restauração capitalista denominada “neoliberalismo”. Já os ideólogos de um “puro” capitalismo (hoje denominados “neoliberais”), ao contrário, apesar das suas teses totalmente absurdas, elaboraram um discurso aparentemente lógico e facilmente assimilável (embora, vale salientar, totalmente falacioso) que lhes assegura uma decisiva vantagem no debate ideológico. Ao longo dos quase trinta anos que se seguiram a Segunda Grande Guerra, em que o capitalismo em certos países proporcionou um crescimento econômico relativamente elevado e estável, boa parte do pensamento de esquerda foi dominado pela ilusão de que este sistema poderia, efetivamente, proporcionar um padrão de vida adequado a todo país cujas elites resolvessem o problema do “desenvolvimento”, que surge então como um campo específico de estudos. A conjuntura histórica e a configuração social específicas, marcadas pela recuperação econômica dos países continentais da Europa Ocidental com a ajuda dos EUA, permitiram o estabelecimento de um Estado do Bem Estar Social nos países capitalistas mais ricos, os quais se tornaram o modelo por excelência dos estudiosos do campo do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, ideólogos irredutíveis do capitalismo procuravam aperfeiçoar a utopia de uma sociedade “puramente” capitalista, cuja economia seria liberada das limitações que lhe seriam impostas pela sustentação de um Estado supostamente hipertrofiado.⁸

A partir do início dos anos 1970, o acirramento das contradições capitalistas nos países mais ricos, provocado pelo fim do período de restauração econômica dos países da Europa Ocidental e o esgotamento de um padrão de consumo que já não permitem a sustentação das taxas de lucro⁹, o capitalismo entra em uma fase de profunda crise. Reúnem-se, assim, as condições tão esperadas pelos ideólogos de um “puro” capitalismo para atacar o Estado do Bem Estar Social. Este, acusado de ser a origem de todos os males, é sistematicamente desmantelado. Ao mesmo tempo, uma nova vaga de expansão imperialista é promovida por meio da desregulamentação comercial e financeira a qual, no entanto, em caso de necessidade não dispensa o recurso a golpes de Estado e a intervenções armadas. Diante desta situação, o máximo que a esquerda tem conseguido é tentar defender as instituições do Estado do Bem Estar Social, esquecendo que elas foram estabelecidas sob a

⁶ Conforme discutido na primeira seção do primeiro capítulo.

⁷ Em alusão ao livro em que Lukács analisa como o irracionalismo acadêmico preparou a ascensão do nazismo na Alemanha, conforme Lukács, G. *El Assalto a la Razon*. Barcelona : Ediciones Grijalbo, 1976.

⁸ Como os membros da Sociedade Monte Pelerin, que teve entre seus fundadores, em 1947, Friedrich Hayek, Frank Knight, Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman.

⁹ Conforme Harman, C. *Zombie capitalism: Global crisis and the relevance of Marx*. London: Bookmarks Publications, 2009, 425 p.; e Husson, M. *Misère du capital: Une critique du néolibéralisme*. Paris: Syros, 1996.

hegemonia das próprias relações capitalistas que agora se voltam contra elas. Em outras palavras, o Estado do Bem Estar Social foi apenas um instrumento para assegurar a reprodução da sociedade capitalista com um mínimo de conflitos sociais. Sendo assim, ele não se constitui em um projeto social das classes populares. A defesa do (que ainda sobra) do Estado de Bem Estar Social, sem a construção de um projeto próprio dos trabalhadores, nada faz senão reforçar o papel dos capitalistas como os únicos protagonistas legítimos do desenvolvimento social.

É preciso, pois, não apenas reafirmar que o capitalismo é o responsável pela sua própria crise, denunciando as suas contradições fundamentais, mas também agir firmemente em prol de um projeto social em que os trabalhadores são os seus principais protagonistas. Neste sentido, é preciso afirmar, e em todas as oportunidades mostrar claramente, que o lucro não promove o bem estar social, mas, ao contrário atualmente revela a sua total contradição tanto com a satisfação das necessidades sociais como com a sustentabilidade ecológica. Outros critérios como o valor agregado, que podem ser baseados diretamente sobre as necessidades sociais e a sustentabilidade, são muito mais adequados (como mostrado no segundo capítulo deste livro).

De suma importância também é mostrar que o setor público não é sustentado pelo setor privado. Ao contrário, o setor público também gera valor econômico diretamente, além de provocar efeitos positivos sobre a demanda agregada induzindo, assim, a geração de valor no conjunto da economia (conforme discutido no terceiro capítulo). A falácia de que o setor público é sustentado economicamente pelo setor privado é veiculada pelos capitalistas porque o pagamento dos agentes econômicos responsáveis pelos produtos gerados no setor público é socializado por meio de impostos. E é importante também afirmar que a socialização da riqueza não se constitui na violação de qualquer direito “natural” dos indivíduos, pois deveria, ao contrário, ser a regra nas sociedades contemporâneas, na medida em que toda produção nestas sociedades é uma produção social. Mesmo o exercício de uma atividade econômica aparentemente “individual” depende de certa inserção na divisão social do trabalho. Por exemplo, um motorista profissional não pode existir sem os trabalhadores que fabricam veículos, combustíveis, peças, etc. Ele depende também de outros trabalhadores para obter os produtos de consumo que necessita. A sua contribuição a produção social de riquezas é, portanto, totalmente dependente da contribuição dos demais, sendo o seu salário apenas uma expressão de como esta riqueza é distribuída (mas não de como ela é gerada). No caso da remuneração dos capitalistas fica claro, assim, que eles se apropriam de uma riqueza social para a geração da qual, enquanto capitalistas “puros”, isto é, apenas como investidores, ele nada contribuiu. Por outro lado, como discutido ao longo deste livro, especialmente no terceiro e no quarto capítulos, é possível condicionar os processos econômicos de forma que eles proporcionem uma remuneração dos agentes econômicos ao nível da unidade de produção proporcional à contribuição dos mesmos à formação de valor. Mas duas observações sobre este ponto são

importantes. A primeira é que isto não implica assumir que o comportamento do indivíduo diante de uma gama de recursos é o processo fundamental a partir do qual podem ser explicados os fenômenos sociais. Como vimos, as escolhas dos agentes econômicos individuais nas sociedades contemporâneas são orientadas fundamentalmente pelos preços, cuja determinação depende das decisões sobre as suas riquezas realizadas no âmbito da sociedade como um todo. A segunda observação é que as relações sociais capitalistas se constituem em um obstáculo para a formação de preços eficientes e, portanto, dos processos econômicos que permitiriam uma remuneração justa dos indivíduos.

Um dos argumentos mais utilizados pelos ideólogos do capitalismo é o de que neste sistema os indivíduos desfrutariam de um máximo de liberdade, sendo, assim, os únicos responsáveis pelos seus atos e, por conseguinte, pelos processos sociais deles decorrentes. De acordo com esta posição, típica do individualismo metodológico, não existiriam processos sociais propriamente ditos, mas apenas atos individuais que, no sistema capitalista, poderiam atingir o maior grau possível de liberdade. O problema do individualismo metodológico é que o próprio capitalismo é fruto de um longo processo histórico no qual se observa uma crescente socialização dos indivíduos, a qual é a principal fonte da sua liberdade. Como vimos no primeiro capítulo, é a partir do domínio do processo de trabalho que os indivíduos passam a dispor de crescentes alternativas de escolha e da possibilidade de tempo livre para se dedicar a atividades, como as de ordem estética ou ética, que respondem a necessidades menos imediatas para a sua sobrevivência. O aumento da divisão social do trabalho que acompanha o desenvolvimento dos processos de produção ao longo do tempo aprofunda a natureza social dos indivíduos. Neste caso também se observa um recuo generalizado das barreiras naturais ao comportamento humano com as suas próprias necessidades passando a ser determinadas socialmente de forma crescente. Como dizia Marx, a fome saciada com unhas e dentes já não é a mesma da que é satisfeita com garfo e faca. Em todas as necessidades humanas, mesmo nas mais básicas como a alimentação, o vestuário, e até mesmo nas relações sexuais, a influência das determinações sociais sobre a escolha dos indivíduos se tornaram de importância incontornável. Em suma, o fato do indivíduo nas sociedades contemporâneas dispor, embora de forma muito desigual, de uma ampla liberdade decorre do alto grau que a sua socialização atingiu no capitalismo, a qual, inclusive, origina crescentes contradições com o caráter privado da apropriação da riqueza, e da privação à liberdade que ela provoca.

O capitalismo, portanto, ao mesmo tempo em que faz avançar a sociabilidade, possibilitando uma liberdade jamais experimentada pelos seres humanos, limita severamente tal liberdade, não apenas pelas privações materiais impostas às classes trabalhadoras, mas, principalmente, pela alienação do conjunto dos indivíduos em relação às suas potencialidades, impostas pelo imperativo da valorização do capital. Talvez em nenhuma esfera do ser social, esta contradição não seja tão

clara como na política. De fato, embora a “liberdade, a fraternidade e a igualdade” sejam valores importantes para a manutenção da hegemonia ideológica da burguesia, na medida em que são declarados como os baluartes da democracia, a atual crise do capitalismo tem revelado a sua profunda contradição com esta mesma democracia devido ao fato da prioridade ao lucro ser contraditória com decisões democráticas sobre as riquezas sociais. O atual debate sobre a austeridade fiscal, travado em todas as sociedades capitalistas, indica claramente a total contradição das exigências dos capitalistas com qualquer decisão democrática sobre a vida em sociedade.

Diante desse quadro, é de extrema importância afirmar que a alternativa ecossocialista é não apenas desejável, mas viável social, econômica e ecologicamente. E ter claro que ela não pode ser construída sem um verdadeiro projeto social elaborado especificamente para a defesa dos interesses dos trabalhadores.